

IMPACTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO NOVO MODELO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL

Nicole Parreira¹, Jamil Haddad²

Bolsista PRH-ANP 16, nicoleparreira@yahoo.com.br, ^{1,2}Instituto de Sistemas Elétricos e Energia, Universidade Federal de Itajubá

R E S U M O

MOTIVAÇÃO: No Brasil, a descoberta do Pré-Sal foi motivo de mobilização dos setores políticos e econômicos a fim de garantir o aproveitamento máximo desta imensa riqueza e beneficiar a vida de milhões de brasileiros, sendo de interesse do governo e dos brasileiros, conhecer as repercussões causadas pela alteração do marco regulatório.

OBJETIVO: O objetivo principal deste trabalho é fazer uma análise dos principais impactos econômicos e políticos causados pela mudança do marco regulatório e comparar com as repercussões causadas pela Lei do Petróleo 9.478 de 1997.

APLICAÇÃO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: Informar aos brasileiros e às entidades governamentais, as repercussões e principais impactos econômicos e políticos causados pelo novo marco regulatório.

RESULTADOS OBTIDOS: Primeiramente foi feito um estudo a cerca dos fatores econômicos e políticos que pudessem apresentar indícios da influência do marco regulatório. Os principais fatores econômicos identificados e analisados foram: produção de petróleo e gás natural, participações governamentais, alteração dos setores que compõe o produto interno bruto (PIB), atraso no desenvolvimento do Pré-Sal e investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Em relação aos fatores políticos, foram identificados e analisados os seguintes: instabilidade política, criação da PPSA e capitalização da Petrobras. Os resultados mostram que a Lei do Petróleo de 1997 repercutiu positivamente no setor econômico do Brasil trazendo a abertura do mercado, estabilidade regulatória, respeito às regras de mercado e aumento expressivo das arrecadações governamentais. É mostrado também que a mudança do marco regulatório para as áreas do Pré-Sal veio acompanhada de fatores positivos, como o aumento significativo da produção nacional, aumento da participação no PIB, criação do Fundo Social, entre outros. Por outro lado, esta mudança veio também acompanhada de fatores negativos, como os atrasos no desenvolvimento da exploração e produção do Pré-Sal, que se deu por meio da estagnação do processo licitatório e também pelo excesso de atividades incumbidas à Petrobras, que além de investir no Pré-Sal, também tem que investir principalmente no Pós-Sal e no parque de refino. Por fim, é mostrado que independentemente da alteração do marco regulatório, o montante arrecadado pelo governo irá aumentar juntamente com o aumento da produção, restando ao país a responsabilidade de investir os recursos de maneira sábia a fim de inibir o processo de desindustrialização e garantir o futuro com outras fontes de energia.